

Substitutivo com 12 emendas

por Walter Marques
de Brasília

Depois de um dia tenso e nervoso, pressionado pela exiguidade do tempo, o líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, conseguiu chegar no final da tarde de ontem a um substitutivo para o pacote fiscal contendo apenas doze alterações no texto original. As 19 horas, o substitutivo foi lido pelo seu autor formal, o deputado Raimundo Asfore (PMDB-PB). O PDS desencadeou então uma ofensiva de obstrução sistemática. O presidente da Câmara,

deputado Ulysses Guimarães, teve de se valer de toda a sua autoridade para garantir o respeito ao regime de urgência. No entanto, o tumulto promovido pelos deputados malufistas do PDS, como Adail Vetrizzo e Cunha Bueno, bem como por parlamentares do PTB, obrigou o presidente da Câmara a suspender a sessão para acalmar os ânimos, cedendo o horário para uma sessão do Congresso Nacional marcada para as 21 horas.

O substitutivo, segundo as previsões mais otimistas, somente seria votado durante a madrugada e a orientação das lideranças do PMDB e do PFL era aprová-lo. O relator da Comissão de Justiça da Câmara, deputado Raimundo Asfore, lamentava, antes de representar o texto ao plenário, o fato de apenas um reduzido número de emendas ter sido acolhido. Ele pretendia acolher vinte emendas, mas, durante a tarde, o deputado Pimenta da Veiga e o secretário da Receita Federal, Luís Romero Patry Accioly, chegaram ao texto final que Asfore disse ter assinado por considerar bom o projeto do governo.

Entre as principais modificações acolhidas no substitutivo está a ampliação do limite para a restituição do Imposto de Renda retido na fonte em 1985. Pelo substitutivo, nos primeiros 120 dias a contar da declaração, serão liberadas as restituições equivalentes a até 15 ORTN. O projeto original fixava 10 ORTN. Outra alteração estabelece que os salários de valor de até 10 salários mínimos serão reajustados em 100% da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O substitutivo também incluiu no pacote matéria relacionada com os reajustes dos vencimentos dos funcionários civis e militares instituindo para essas categorias os reajustes semestrais.

Outra inovação acolhida pelo substitutivo é o reconhecimento do direito da mulher separada que esteja na condição de cabeça do casal. Neste caso a mulher passará a ter o direito de fazer a sua declaração do Imposto de Renda nas mesmas condições admitidas hoje para o homem chefe de família. Ou seja, ela terá pelo direito as isenções que hoje favorecem o homem cabeça do casal.

O substitutivo dá nova redação ao parágrafo único

do artigo 1º, estabelecendo que, "no exercício financeiro de 1986, o Imposto de Renda das pessoas físicas, retido ou recolhido por antecipação, será reduzido do devido na declaração corrigido monetariamente de acordo com a legislação vigente quando das retenções". A preocupação neste caso foi tornar mais claro o texto original para não deixar dúvidas sobre a correção monetária do imposto recolhido antecipadamente em 1985.

Para Roberto Campos, projeto é "mediocre"

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

O senador Roberto Campos (PDS-MT), ex-ministro do Planejamento, achou o "pacote" fiscal do governo "de raciocínio econômico medíocre". O senador analisou o "pacote" para a bancada do PDS no Senado, juntamente com o senador Virgílio Távora (CE), que propôs emendas. O encontro foi ontem à tarde, no gabinete do líder da bancada no Senado, Murilo Badaró.

Campos disse que "o conjunto do 'pacote' não contém medidas para baixar a inflação" e criticou o que chamou de "esforço" do setor público para baixar o déficit orçamentário para 1986. Esse "esforço" seria de apenas "3,8% do total do déficit", pelos seus cálculos. Outro ponto criticado foi o corte de despesas do governo: "Cr\$ 8 trilhões em cortes com custeio é microscópico", disse. De qualquer forma, o senador achou a medida "louvável".

O ex-ministro ainda encontrou no "pacote" "efeitos Robin Hood e Al Capone". Os efeitos Robin Hood — tirar dos ricos para dar aos pobres — estão, segundo Roberto Campos, "na redução da retenção do Imposto de Renda na fonte e nos investimentos sociais. Os efeitos Al Capone estão "na transformação da retenção do Imposto de Renda na fonte em empréstimo compulsório" (pelo "pacote", o governo pode devolver o imposto retido em até quatro anos). Outra medida do "pacote" que o senador não gostou foi a "invenção de impostos sem fato gerador", isto é, "a antecipação do pagamento de imposto na fonte para operações pós-fixadas".

Quatro sessões sem decisão

por Aldo Renato Soares
de Brasília

Para conseguir discutir o "pacote" fiscal do governo, a Câmara dos Deputados convocou quatro sessões ontem. A primeira, às 14 horas, foi suspensa por falta de quórum. Aberta novamente às 15 horas, foi suspensa porque não estavam publicados os avulsos com 102 emendas de plenário mais uma dezena nas comissões ao projeto do Executivo. Novamente aberta às 18 horas, a sessão foi interrompida para a elaboração de uma mensagem substitutiva. As 19h30, foi reaberta até às 21 horas, quando foi suspensa.

Mas se durante toda a tarde as oposições procuraram obstruir o andamento da sessão, o maior tumulto se verificou quando dois dos três relatores do substitutivo confessaram, da tribuna, que não podiam dar parecer porque não conheciam o substitutivo. Essa proposta foi negociada à tarde, na liderança do PMDB, com o secretário da Receita Federal, Luís Romero Patry Accioly, e o secretário adjunto da Receita, Jimir Doniak.

O deputado Amaral Neto (PDS-RJ) bradava do microfone de apertar que a Câmara não podia submeter-se "ao senador Funaro e ao deputado Patry", explorando a presença dos técnicos com os relatores do projeto. Apenas um relator deu seu parecer na tribuna. Raimundo Asfore (PMDB-PB), relator da Comissão de Constituição e Justiça, foi favorável.